

Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas¹

Márcio Freitas Eduardo

Professor do curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, campus Erechim/RS)

e-mail: marcioeduardo@uffs.edu.br

Resumo

Nas últimas décadas, têm se intensificado os debates sobre os horizontes de uma agricultura capaz de informar preceitos de sustentabilidade que extrapolem a dimensão meramente econômica. Nessa esteira, uma miríade de atores organizados reivindica-se protagonista. A cada incursão nesse circuito, os distintos atores elegem o que há de mais estratégico para prover de robustez seus projetos e intencionalidades: ora com forte traço mercadocêntrico, ora apelando para a dimensão/consciência ecológica e para as implicações éticas e referentes à saúde. Contraditoriamente, a “agricultura sustentável” pode apresentar-se como baluarte da luta anticapitalista, na medida em que fortalece a autonomia relativa dos agricultores na disputa territorial contra o agronegócio e permite a politização da ecologia pelo alimento. Pode, entretanto, reforçar o que há de mais avançado em termos de “desenvolvimento sustentável” do capital, explorando as potencialidades de sua fisionomia “verde”/“orgânica”, o que demonstra a excepcional capacidade resiliente do sistema produtor de mercadorias. Com base em resultados de pesquisa, o artigo explora aspectos dessa complexa realidade e traz à tona o debate sobre as potencialidades da agroecologia para com o processo de ativação de territorialidades camponesas.

Palavras-chave: Agroecologia; re-existência camponesa; territorialidade ativa; agronegócio; disputa territorial.

Abstract

Agroecology and the activation of peasant territorialities

In the last decades, there has been an intensification of debates about the horizons of an agriculture capable of inform precepts of sustainability that extrapolate the merely economic dimension. Therefore, a set of organised actors claims to be protagonist. In each incursion in this precinct, different actors choose the most strategic way to provide robustness to their projects and intentionality: sometimes with a market trace, sometimes appealing for ecological consciousness/dimension, for ethical implications, and for health effects. Contradictorily, the “sustainable agriculture” can be the stronghold of the anti-capitalist struggle in that strengthening of relative farmer autonomy in territorial dispute against agribusiness. It can also enable the politicisation of ecology for food. Otherwise, it could strengthen the more advanced “sustainable development” of capital by exploiting the potential of its “green”/“organic” physiognomy. This demonstrates the exceptional capacity of resilience of the merchandise production system. Based upon research results, this paper

¹ O artigo faz parte dos resultados de pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa Pós-graduação em Geografia da FCT-UNESP, campus Presidente Prudente/SP, no período de 2010 a 2014, com auxílio financeiro parcial da CAPES.

explores some aspects of this complex reality and brings up to light the debate about potentialities of agroecology for the activation of peasant territorialities.

Keywords: Agroecology; peasant re-existence; active territoriality; agribusiness; territorial struggle.

Résumé

L'agro-écologie et l'activation de territorialités paysannes

Dans les dernières décennies, les débats sur les horizons d'une agriculture capable d'informer des préceptes de durabilité qui extrapolent la dimension simplement économique se sont renforcés. Dans ce sens, un tas d'acteurs organisés ont revendiqué comme étant protagonistes. Dans chaque entrée dans ce parcours, les différents acteurs choisissent ce qu'il y a de plus stratégique pour donner robustesse à leurs projets et intentionnalités : tantôt par un fort trait centré sur le marché, tantôt en appelant à la dimension/conscience écologique et aux implications éthiques mais aussi pour la santé. Contradictoirement, l'« agriculture durable » peut se présenter comme bastion du combat anticapitaliste à mesure que renforce l'autonomie relative des agriculteurs dans le différend territorial contre l'agro-industrie et politise l'écologie de l'aliment. Mais cela peut aussi renforcer ce qu'il y a de plus avancé en termes de « développement durable » du capital, en exploitant les potentiels de la physionomie « verte » / « biologique », ce qui démontre l'exceptionnelle capacité de résilience du système producteur de marchandises. Ainsi, à partir de quelques résultats de recherches, cet article explore des aspects de cette importante réalité et mets en lumière le débat sur les potentialités de l'agro-écologie pour l'activation de territorialités paysannes.

Mots-clefs: Agro-écologie; ré-existence paysanne; territorialité active; agro-industrie; différend territorial.

Introdução

Nas duas últimas décadas têm se intensificado os debates sobre os horizontes de uma agricultura capaz de informar preceitos de sustentabilidade que extrapolem a dimensão meramente econômica. Essa proliferação do interesse pela agroecologia e pela produção orgânica, dentre outras correntes e nomenclaturas de agriculturas consideradas “sustentáveis” situa-se, contraditoriamente, em um contexto de expansão da hegemonia do agronegócio no Brasil: país que se consolida como “espaço luminoso” (SANTOS e SILVEIRA, 2001), agroexportador de *commodities* e outros bens primários, mas reproduz a mazela de se constituir como líder mundial no consumo de agrotóxicos², como um de tantos

² Em 2012, as vendas, em toneladas de produto comercial, alcançou a cifra de 823.226, registrando um crescimento acumulado de 162,32% desde o ano 2000; No mesmo período, o acumulado financeiro referente às comercializações de agrotóxicos aumentou 288,41%, chegando a 9.710 milhões de dólares (Fonte: SINDAG. Elaboração: Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida). Disponível em: <http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/dados>. Acesso em: 04 de novembro de 2014.

outros corolários³ de sua questão agrária. Nessa esteira, uma miríade de atores organizados reivindicam-se protagônicos. Reiteradamente, órgãos públicos no Brasil⁴; movimentos sociais⁵; entidades nacionais ligadas à agricultura familiar⁶; cooperativas e associações de agricultores⁷; organismos multilaterais⁸; empresas ligadas ao mercado de produção⁹, certificação¹⁰ e distribuição¹¹ de alimentos orgânicos; grupos de consumidores; e partidos políticos, têm aludido a determinadas conotações dos conceitos de agroecologia e de produção orgânica como via tangível para equacionar viabilidade econômica, justiça social e sustentabilidade ambiental, malgrado distintas intencionalidades.

A cada incursão nesse circuito, os distintos atores elegem o que há de mais estratégico para prover de robustez seus projetos, suas intencionalidades: ora com forte traço mercadocêntrico¹²; ora apelando para a dimensão/consciência ecológica, para as implicações éticas e referentes à saúde. Por vezes abordam o emblemático tema da desigualdade/injustiça socioambiental; ou mesmo produzem interfaces nas mais variadas direções. Tudo ao mesmo tempo, coexistindo: nichos de mercado; re-existência camponesa;

³ A título de exemplificação, podemos citar como corolários inerentes à atual questão agrária brasileira: a pressão sobre os ecossistemas e a erosão da biodiversidade com a territorialização do agronegócio e de seus organismos laboratorialmente modificados; o “espistemicídio” (SOUZA SANTOS, 2010) dos patrimônios culturais e saberes das populações autóctones; a concentração do poder político representado pelo “Partido da Terra” (CASTILHO, 2012); a crescente “monopolização do território pelo capital” (OLIVEIRA, 2001) e o conseqüente acirramento da “subordinação da renda da terra ao capital” (MARTINS, 1983) processada pelas tecnologias e lógicas organizativas do modelo corporativo de agricultura; reprimarização da economia como produto da especialização na produção primária e na agroindustrialização para exportação; assassinatos, tentativas de homicídio e reprodução de relações de trabalho em situações análogas à escravidão (CPT); violação de direitos humanos; criminalização e judicialização da luta pela terra, pelo território e pela reforma agrária; desterritorialização camponesa e êxodo urbano nos pequenos municípios; masculinização do campo (ABRAMOVAY, 1992); elevação do preço dos alimentos; nuclearização urbana das escolas do campo etc.

⁴ Ministérios; secretarias de estados e municípios; universidades; e órgãos de pesquisa, assistência técnica e extensão rural.

⁵ Via Campesina Internacional; Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe (MAELA); Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) etc.

⁶ Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA); Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP); Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR); Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) etc.

⁷ Associação Brasileira de Pecuária Orgânica (ABPO); Associação Brasileira da Avicultura Alternativa (AVAL); Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/PR (COOPERAFLORRESTA); Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA (COOPAN/MST); Cooperativa de Sementes Agroecológicas BIONATUR/MST; Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil (COOPERBIO/MPA); Rede Ecovida de Agroecologia, entre outros.

⁸ ONU, FAO e Banco Mundial.

⁹ Native; Korin; Mãe Terra; Swift-Friboi; por exemplo.

¹⁰ IMO-Control; ECOCERT; TECPAR CERT; GEBANA; IBD etc.

¹¹ Feiras livres agroecológicas; atacado, a exemplo do Grupo Horta/Rede Orgânica; varejo, como estabelecimentos especializados (como o setor de orgânicos do mercado público de Curitiba/PR), gôndolas em hipermercados (Walmart, Grupo Pão de Açúcar, Carrefour etc.).

¹² Conforme a International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM), o mercado mundial de alimentos orgânicos atingiu US\$62,9 bilhões em 2012, representando aumento de US\$4 bilhões em relação ao ano anterior. Disponível em <<http://www.organicnet.com.br/2013/04/ifoam-organicos-em-pleno-crescimento/>>. Acesso em 21 de janeiro de 2015. Segundo levantamentos do Projeto Organics Brasil, que tomou como base o faturamento de 2013, análises com órgãos de varejo e acompanhamento de grandes redes, as estimativas indicavam que o mercado de produtos orgânicos no Brasil deveria crescer em torno de 35% no ano de 2014 - contra os 22% de 2013 - chegando a cifra de R\$ 2 bilhões. Disponível em <<http://sna.agr.br/mercado-brasileiro-de-organicos-deve-atingir-35-de-crescimento-em-2014/>>. Acesso em 21 de janeiro de 2015.

produção *gourmet*; Segurança e Soberania Alimentar; *Fast Food* e *Slow Food*; reforma agrária; agrofloresta; justiça ambiental; política agrária/agrícola; agronegócio; direitos dos povos originários e comunidades tradicionais; Plano Camponês; cosmovisão indígena; mudança climática global; educação rural e do campo; Plataforma Operária e Camponesa para Energia; bio(agro)combustíveis; permacultura; transgenia/terminator; tecnologia apropriada; sistema mundo moderno-colonial...

Por conta disso, a vastidão de ruídos e a confusão de percepção se expressam, por exemplo: (a) no encobrimento, sob a tutela da agroecologia, de outras correntes de agricultura sustentável/alternativa, menos “populares”, como a biológica, a natural, os Sistemas Agroflorestais; (b) na redução de patrimônios culturais decantados (indígena, agroextrativista, quilombola etc.), modos de vida complexos, historicamente constituídos, aos rótulos de “agricultores alternativos”; e (c) nas múltiplas tentativas de hibridação entre agroecologia e produção orgânica, como operado pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO, 2012).

Contraditoriamente, a chamada “agricultura sustentável” pode apresentar-se como verdadeiro baluarte da luta anticapitalista, na medida em que fortalece a autonomia relativa dos agricultores na disputa territorial contra o agronegócio e permite a politização da ecologia pelo alimento. Por outro lado, pode reforçar o que há de mais avançado em termos de “desenvolvimento sustentável” do capital, explorando as potencialidades de sua fisionomia “verde”, “orgânica”, o que demonstra a excepcional capacidade resiliente do sistema produtor de mercadorias.

De todo modo, fato é que a questão agrária atualiza-se diariamente, é acirrada e avança em amplitude e complexidade. Envolve tudo e a todos: quem vê e quem não vê, quem sabe e quem não sabe (FERNANDES, 2005). As práticas e os apelos por “uma” agricultura sustentável não estão descolados de seus respectivos conteúdos de classe, pois são produtos de territorialidades e projetos em disputa. Portanto, essa realidade contraditória espelha os “novos” elementos da questão agrária no século XXI e exige olhares apurados de todos (intelectuais, gestores, agricultores, lideranças, consumidores...).

Nessa seara, é oferecida, a seguir, uma leitura geográfica da agroecologia. De modo mais específico, expõe-se como o território é central no agir insurgente de agricultores e entidades por formas de produzir que reproduzam modos de vida com relativa sustentabilidade nas múltiplas dimensões (ecológica, econômica, política e cultural). As questões aqui apresentadas são oriundas de reflexões teóricas derivadas da tese de doutorado em geografia intitulada “*Transformando Terra em Território: construção e dinâmica do Sistema Local Territorial Agroecológico em Francisco Beltrão/PR*”, defendida em 2014.

Naquela tese, analisou-se, à luz de experiências produtivas e organizativas a partir de um Sistema Local Territorial agroecológico situado em Francisco Beltrão, Sudoeste paranaense, como a luta pela agroecologia têm agregado novos conteúdos à questão agrária no século XXI, entre eles a politização da ecologia através do alimento, o renovado interesse pelos arranjos ecológicos de produção como estratégia de enfrentamento ao capital e a capacidade de re-existência dos camponeses que praticam agroecologia diante das profundas transformações do campo. De antemão, verifica-se que os camponeses não farão sozinhos a revolução agroecológica. Seus legados; as maneiras pelas quais enfrentam com inventividade as crises e encontram maneiras de viver sendo camponeses; as formas com que se apropriam do espaço, disputam-no e edificam seus territórios reproduzindo seus modos de vida e não o da acumulação, como sustenta Shanin (2008), são aprendizados essenciais aos que, na academia, identificam-se com um projeto de modernidade popular, como se refere Carvalho (2010).

Agroecologia e re-existência camponesa: a ativação de territorialidades nos enfrentamentos aos processos de monopolização do território pelo capital

Como normalmente abordado na Geografia, o território é uma construção social a partir do espaço e pressupõe a constante reprodução de relações de poder pelos seus múltiplos atores sintagmáticos (RAFFESTIN, 1993). Portanto, é projeção espacial das relações de poder (SOUZA, 1996 e 2013), seja por intermédio dos Estados, das empresas, dos trabalhadores ou de outros grupos sociais. Em diferentes momentos históricos o território é prenhe de intencionalidades específicas, as quais materializam-se, ganham expressão geográfica na construção e organização de arranjos particulares. Cada território congrega “um” projeto, isto é, um conjunto de estratégias delimitadas pelas intencionalidades hegemônicas em dado período e recorte que objetivam viabilizar material e simbolicamente determinados usos. Como ressaltam Santos e Silveira (2001), em uma abordagem geográfica do território, “[...] devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (p. 247).

O agronegócio, por exemplo, tem edificado seus territórios, redefinindo valorativamente cada porção do espaço como um gradiente, segundo as vantagens comparativas que estes oferecem em âmbito da divisão territorial e internacional do trabalho. Dessa forma, a apropriação material do espaço também efetiva-se no plano simbólico, quando regiões inteiras passam a assumir a identidade de suas especializações produtivas e funcionais: território da soja, território da cana-de-açúcar, território da

avicultura, território da laranja, território do “reflorestamento” (leia-se dos monocultivos arbóreos, como frisa Hirt, 2009).

No modelo de desenvolvimento do agronegócio cada arranjo territorial funciona em cooperação com os demais, consubstanciando poderosas redes de “solidariedade organizacional” (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Porém, tal solidariedade organizacional, em geral, não se realiza mantendo vínculos de “solidariedade orgânica” aos lugares, aos biomas e às “ecologias de saberes” (SOUSA SANTOS, 2010) pré-existentes. O agronegócio territorializa-se via “intencionalidades alienígenas e alienantes” (SANTOS e SILVEIRA, 2001), artificializa os processos produtivos e simplifica contundentemente os agroecossistemas ao reinventar os lugares desde a imagem e semelhança do capital.

No campo, por mais que o capital tenha buscado forjar uma fisionomia verde através do agronegócio orgânico, não podemos esquecer que um capitalismo sustentável é um capitalismo sempre em expansão (O’CONNOR, 2002), portanto, um “sistema sociometabólico” (THOMAZ JÚNIOR, 2002; MÉSZÁROS, 2002) que reproduz, necessariamente, a exploração do trabalhador e a espoliação da natureza, ampliadamente (PORTO-GONÇALVES, 2004). Por conta disso, a agricultura orgânica evolui apenas nos interstícios da agricultura convencional, atrelada a demandas *gourmet* e a nichos de mercado de considerável poder aquisitivo, pois a real capacidade competitiva da agricultura química está pautada em sua importante capacidade técnica (e política) de extrair mais-valia, subordinar a renda da terra ao capital e explorar os recursos naturais.

Reiteramos: cada território congrega “um” projeto. As aspas indicam a necessária tarefa de desvelar o território e adentrar em suas intencionalidades, de fugir de sua apreensão mais banal de descrição dos objetos geográficos e das ações mais aparentes que o anima e conformam as paisagens hegemônicas. É preciso ir mais além e investigar as “fissuras” (HOLLOWAY, 2013) no território, isto é, as outras possibilidades de apropriação social do espaço pelas múltiplas relações de poder que compõe cada território, as quais podem levar à inclusão, ao estabelecimento de horizontalidades e à comportamentos de equilíbrio com o mundo físico.

Ao focarmos nossas lentes para as “fissuras”, podemos desconstruir a fisionomia aparentemente “monolítica” do território, como os atores hegemônicos querem fazê-lo transparecer, e pôr em evidência os desajustes, os desacordos, as contradições e os múltiplos projetos em disputa. Vistas sob tal ótica, as ações de fomento à agroecologia são balizadas por projetos promotores de fissuras nos espaços de desacordos com o agronegócio. Instalam-se nesses espaços e, munidas das mais variadas estratégias, apropriam-se deles e os disputam permanentemente. As famílias agricultoras, no tocante a suas práticas agroecológicas, resistem às estreitezas engendradas pelo capital para que

não continuem sendo camponesas e constroem, cotidianamente e com criatividade, novas formas de existência, ressignificando suas ações nas dimensões técnico-produtiva, política, cultural e ecológica. A esses processos concomitantes de resistência e de produção de novas condições de existência desenvolvidos pelos camponeses, denominamos, referenciados em Porto-Gonçalves (2004), de re-existência camponesa.

No enfrentamento ao capital o campesinato resiste e promove suas políticas de existência, por meio das práticas agroecológicas. O existir em ambientes de conflitualidade hegemônicos pelo agronegócio é, ao mesmo tempo, resistir e produzir novos sentidos e estratégias para a existência: é, portanto, re-existência. O sentido de re-existência atrelado às práticas agroecológicas dá-nos nota do conteúdo dialético da questão agrária e do campesinato. Não há um sentido unilinear para o campo. Há sujeitos, projetos e, conseqüentemente, territórios e territorialidades em disputa. Contudo, com certos contornos, há um projeto do capital que impera sobre os lugares redefinindo paisagens com base na uniformização da técnica, na “ideologia da terra limpa” (PACHECO, 2004) e em relações sociais que subordinam territórios e trabalhadores à dinâmica da acumulação.

Ao longo da história, camponeses e camponesas aprimoraram suas práticas agrícolas (MAZOYER e ROUDART, 2010), de produção e de vida, introduzindo periodicamente novos nexos (e resistindo a tantos outros) ao exercício de suas territorialidades para continuarem existindo em contextos de importantes transformações. A história das agriculturas alternativas é resultante dessa prática e política camponesa em movimento. Não podemos esquecer, porém, que se trata de uma história e de um movimento marginalizados.

As estratégias de re-existência camponesa, colocadas em curso com a agroecologia, têm forte conotação territorial. Seu eixo transversal baseia-se nos processos de “ativação de territorialidades”, como demonstramos em Eduardo (2014), ou seja, os mecanismos de superação da “territorialidade passiva” (DEMATTEIS e GOVERNA, 2005; DEMATTEIS, 2008), subordinada ao agronegócio.

Deste modo, assenta-se, progressivamente, uma concepção de territorialidade como componente geográfico chave para compreender como a sociedade e o espaço estão intimamente unidos. É esta concepção *relacional* da territorialização que constitui a expressão geográfica do exercício do poder, um poder que se expressa territorialmente e pode ser direcionado ao controle do local ou a sua autonomia (DEMATTEIS e GOVERNA, 2005, p. 43, *italico no original, tradução nossa*).

Consoante Dematteis e Governa (2005), a territorialidade não se configura como o mero resultado do comportamento humano sobre o território. Ela tem a ver com o *processo de construção de tal comportamento*: o conjunto de práticas e conhecimentos dos sujeitos

sociais em relação à realidade material, a síntese das relações mantidas entre atores e o território etc.

Na construção das formas passivas de territorialidade, com efeito, os atores têm seus comportamentos pré-definidos e estão sujeitados a estruturas de controle baseadas em acordos sinérgicos às expectativas da exterioridade (a exemplo da avicultura moderna integrada e do complexo da soja). *Esses atores não desenvolvem seus projetos* e, por isso, não articulam formas de desenvolvimento local/territorial com maior autonomia, como se espera nas formas ativas de territorialidade, expressas nas práticas agroecológicas.

Sob a égide do modelo de desenvolvimento do agronegócio, a territorialidade passiva do campesinato é resultado do forte grau de “monopolização do território pelo capital” (OLIVEIRA, 2001). Tal projeto é alicerçado na subalternidade técnica à agricultura corporativa, aos contratos assimétricos de integração às agroindústrias, a subordinação do campesinato ao capital financeiro e ao mercado, além das mediações políticas e institucionais que implementam políticas públicas e dirigem recursos ao encontro de determinada concepção sobre o campo, “globalitária” (SANTOS, 2000). Portanto, o poder do agronegócio está “diluído” na técnica que intenciona “dominar” e artificializar a natureza; nos circuitos produtivos espaciais que mobilizam objetos geográficos, recursos e relações sociais sob a intencionalidade das transnacionais; nas políticas de desenvolvimento setoriais; no “domínio do conhecimento” via propriedade intelectual e a produção de novos saberes pelos seus *experts* etc.

As inovações da agricultura corporativa orientam-se pelo projeto de dominação do homem e da natureza através da dominação do espaço (por intermédio da concentração da terra e do monopólio da técnica) e garantem as condições para a reprodução ampliada do capital. Por outro lado, com a agroecologia, os camponeses trabalham nos limites de suas próprias forças e avançam na direção da “construção de autonomias relativas ao capital” (CARVALHO, 2010). Dessa forma, ativam territorialidades através da luta pelo e no território, ao pautarem a reforma agrária¹³, o desenvolvimento de políticas e tecnologias apropriadas, ao encurtarem circuitos de comercialização, estabelecerem redes de solidariedade orgânica nas várias escalas e reconectarem-se, homens e mulheres, aos seus agroecossistemas.

¹³ Na carta política do III ENA (Encontro Nacional de Agroecologia), são feitas as seguintes referências à reforma agrária: “Consideramos que não há agroecologia sem a democratização da terra pela reforma agrária e sem o reconhecimento dos territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais” (p. 04). “A luta pela Reforma Agrária se mantém. A desapropriação dos latifúndios se faz necessária para estancar a violência no campo e democratizar o acesso à terra aos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Defendemos um amplo programa de estímulo ao cooperativismo e à agroindustrialização associado à promoção da agroecologia nos assentamentos onde, frequentemente, as infraestruturas, as condições de escoamento da produção e de educação são incipientes” (III ENA, 2014, p. 05).

Ativação de territorialidades no nanoterritório: a unidade de produção e de vida camponesa é uma das mais notórias escalas de referência para o processo de ativação de territorialidades por meio da agroecologia. Erige-se como um trunfo a esses *atores sintagmáticos*, pois congrega importantes condições materiais e cognitivas que permitem a ruptura com a territorialidade passiva ao agronegócio e o vir a ser como *lócus* da experimentação das técnicas e dos manejos ecológicos de produção e das novas lógicas internas de organização do trabalho pela família. A transição agroecológica inicia-se efetivamente nessa primeira escala de apropriação do espaço, no “nanoterritório” (SOUZA, 2010), onde a família camponesa empreende “energia e informação” (RAFFESTIN, 1993) para projetar espacialmente novas relações de poder, que permitam a apropriação e a gestão dos recursos de seu nanoterritório com maior grau de autonomia relativa. Sob essas condições, os camponeses podem desenvolver seus projetos, rompendo com as estruturas de controle pré-existentes.

Em nossa pesquisa de doutoramento, de posse de roteiros semiestruturados de entrevistas, realizamos a seguinte pergunta para agricultores vinculados à Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão/PR: o que é necessário fazer para a agroecologia crescer? Um casal fez as seguintes considerações: “[...] Para você fazer a agroecologia crescer, você tem que fazer a cabeça das pessoas. Tem gente que pergunta: como você faz para mudar? Eu digo, é mudando [...]”. (FRANCISCO, 2011). “[...] Força de vontade. Primeira coisa, limpar a cabeça do veneno. Se você não muda sua cabeça jamais vai mudar sua maneira de trabalhar [...]”. (ISABEL, 2011). No primeiro fragmento, é nítida a importância atribuída pelo entrevistado ao exercício da prática. É justamente no contexto da experimentação que as mudanças vão se processando.



Figura 1: Mapa mental elaborado por um dos filhos da família do Sr. Francisco e da Sra. Isabel, 2011. Destaque para a diversidade produtiva expressa na representação da unidade de produção agroecológica. Antes, onde predominava a monocultura de milho, atualmente é mesclada agricultura e pecuária; culturas de subsistência e de interesse comercial, conjuntamente com práticas de proteção ambiental (reflorestamento, mata ciliar, reserva/pousio e mucuna/adubação verde).

Diante das dificuldades, a família reforçou a importância da “cabeça”, tanto no sentido de “limpá-la do veneno”, descolonizando-a dos valores e formas de pensar do agronegócio, como no de manter a “força de vontade” para levar adiante a prática agroecológica, mesmo com o desincentivo de vizinhos e de familiares, como ocorreu no caso estudado. Outros dois depoimentos, vindos de agricultores que praticam agroecologia há mais de 20 anos, ao fazerem referência aos processos de construção de autonomia alcançada com a agroecologia, assim salientam: “[...] na agricultura convencional, na integração, quem produz, ele desaparece como um ser social: é um produto da Seara, da Sadia ou da Perdigão e quem produz desaparece” (PEDRO, 2011).

Eu acho que assim, a gente caminha com as pernas da gente. A gente vê o ponto de vista da gente na produção e faz, não precisa ficar no pacotão, né. Na produção química vem o técnico, diz que tem que ser assim, o cara só obedece. Então a gente é mais livre quanto a isso também, se sente mais à vontade (SEBASTIÃO, 2011).

Ambos depoimentos demarcam a conflitualidade inerente à subordinação do trabalho, do pensar e do fazer ao capital. Em ambientes hegemônicos pelo agronegócio, saberes e técnicas territorializam-se imperando sobre os lugares e conhecimentos precedentes. O “desaparecimento de quem produz” e de seu “ponto de vista” são característicos dessas relações de subalternidade, geradoras de territorialidades passivas. Por outro lado, o desacordo com esses mecanismos cria um ponto de ruptura no qual estratégias de ativação de territorialidades vão sendo forjadas desde o nanoterritório. Dentre as estratégias nos âmbitos da produção e do manejo agroecológicos que identificamos, destacavam-se: uso de sementes crioulas; adubação com esterco orgânico; adubação verde; rotação de culturas; rotação de áreas; reflorestamento; cordões vegetais; cobertura do solo com restos de produção; compostagem; consórcio; preparados (macerados, caldas, biofertilizantes, biorepelentes etc.); estufas e sombrites; capina; produção irrigada de hortaliças; piqueteamento de potreiro; silagem do milho; homeopatia e fitoterápicos para os rebanhos bovinos; agroindustrialização artesanal (doces, conservas, açúcar mascavo, queijos, leite, mel, massas, pães e bolachas), venda direta e produção para o consumo interno.

Potencialização das territorialidades ativadas nas relações de vizinhança: a produção de rupturas com o modelo agroquímico efetiva-se paralelamente à construção de novas interações com o entorno, que extrapolam a escala da ação contestadora no nanoterritório. No que concerne ao fomento às práticas agroecológicas, as novas relações estabelecidas entre os agricultores ecológicos e espacialmente próximos desempenham uma dupla função: 1) os agricultores mais experientes passam a ser encarados como

referências concretas nos quesitos produção, organização e intercâmbio de saberes; e 2) o estreitamento das interações convergem para as práticas da reciprocidade e do apoio mútuo e, com elas, para o estabelecimento de liames, de continuidades entre as territorialidades da divergência com o agronegócio. “O primeiro passo foi o vizinho. Deram o empurrãozinho inicial, como se diz, né. A outra parte foi a vontade de você querer mudar. Se você não quiser mudar, não adianta o empurrão dos outros” (FRANCISCO, 2011).

[Optei pela agroecologia] pra ser uma pessoa que tem autonomia. Dono do negócio que você produz. O nosso vizinho falou que se eu fizesse agroecologia eu teria, a primeira coisa, o autoconsumo, não só na agroecologia, acho que todo produtor deve ter o autoconsumo, a produção, o básico você tirar aqui da tua propriedade. Você vai buscar fora a mínima coisa. Por isso foi nossa opção, produzindo na agroecologia, você tem um produto mais limpo. Você sabe o que está consumindo (FRANCISCO, 2011).

Aqui na comunidade fui muito discriminada por causa dessa agroecologia. A gente saía em reunião, passei no vizinho de lá e ele estava na roça lavrando na beira do caminho, eu estava voltando de uma reunião, [...] ele estava arando, e eu: boa tarde, está bom de lavrá? Boa tarde pra vagabundo que anda atrás de reunião, de agroecologia, agora pra quem está no torrente no arado não é boa tarde. Tá bom, tchau, fui embora. [...] Hoje ele diz assim: se eu preciso de alguma coisa vou lá na tia Oda que a tia Oda tem. Mas é um senhor de idade, de oitenta e poucos anos. Mas a tia Oda não perde tempo, né tia Oda? Mas eu não desaforo, não levo a mal, não largo as indiretas pra ele porque é falta de educação. Ele é bem mais velho. Mas nós fomos muito discriminado. [...] Cada um fala o que quer, ouve o que não quer, mas eu não me arrependo. Me lembro às vezes que a gente saía, com sol, com chuva, ia em reunião: tivesse ficado em casa trabalhando pelo menos dois pés de milho tinha plantado. Não to pedindo nada pra ninguém (ODETE, 2011).

“Cuando el campesino ve, hace fe”, é o lema do “Movimiento Campesino a Campesino” da Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP) de Cuba. A metodologia do movimento, com ações difundidas em vários países da América Central, centra-se na facilitação de práticas de troca de experiências diretas entre agricultores com a intenção de fomentar a transição agroecológica, ou como sugere o próprio movimento, a “revolução agroecológica” (HOLT-GIMÉNEZ, 2008).

Em um contexto de crise, pela relação de proximidade, a família do Sr. Francisco avaliou suas práticas à luz da experiência agroecológica de seus vizinhos, a família do Sr. Sebastião, produtores agroecológicos consolidados. Enquanto no sistema convencional, na monocultura, afetados por um contexto de condições meteorológicas desfavoráveis, o grau de resiliência econômica da unidade de produção mostrou-se deficitário, na unidade orientada pelo sistema agroecológico, a combinação de diversas atividades, associadas à estratégia de otimização da autonomia nas dinâmicas produtivas (utilização de insumos

próprios, produção conduzida sem acessar financiamentos etc.), garantiu o equilíbrio da situação financeira da família.

Na unidade da família do Sr. Sebastião, a produção para consumo interno ocupa lugar de destaque, aliado à produção de queijos orgânicos certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia. O processo de transição agroecológica da família do Sr. Francisco deflagrou-se quando compararam sua situação de vulnerabilidade às vantagens da experiência próxima: “com a seca eu vi que eles tiveram lucro igual, tiveram dinheiro, não colheram milho suficiente, mas tiveram dinheiro pra comprar fora e eu não tinha dinheiro e tive prejuízo ainda. Isso que é a diferença grande” (FRANCISCO, 2011). Inicialmente, buscaram o aprendizado para o trabalho com agroecologia com o vizinho, assimilando experiências e transpondo-as conforme as condições de força de trabalho da família e as potencialidades da unidade de produção.

Por sua vez, o depoimento da Sra. Odete ilustra outro elemento crucial de muitas experiências de transição agroecológica: as mudanças na territorialidade que sinalizam rupturas produtivas com o agronegócio manifestam-se, igualmente, em alterações nas dinâmicas de sociabilidade com os vizinhos. As diferenças de percepção sobre o campo e as novas relações de solidariedade orgânica estabelecidas entre os produtores agroecológicos expõem as conflitualidades com o agronegócio das mais variadas formas: no caso, manifestada no modo áspero de tratamento auferido pelo produtor convencional, objetivo e subjetivamente, vetor da territorialização do capital no campo. Como corrobora a Sra. Isabel (2011), “os assuntos também não batem, não fecham falar de agroecologia e de convencional ao mesmo tempo, as cabeças pensam diferente”.

Do começo até agora você perde um vizinho, mas ganha outro. Uns quantos vizinhos meus se afastaram porque eu entrei na agroecologia. Trabalhar orgânico é sofrido, não sei o quê, não sei o quê, somos atrasados, isso é coisa do tempo passado, somos do tempo antigo, eles dizem. Agora aquetaram um pouco porque viram que dá resultado. Eles queriam dizer que éramos pessoas que não acompanhava a tecnologia, não evoluímos. Uns quantos vizinhos meus nem vem mais em casa. Mas outros que eu admiro, o [Sebastião], vem aqui (FRANCISCO, 2011).

Ativação de territorialidades e a construção do Sistema Local Territorial (SLOT) Agroecológico: gradativamente, o estabelecimento de continuidades nas práticas de reciprocidade agroecológica e de apoio mútuo amplia-se em escala. No mesmo movimento de mudanças no nanoterritório e nas relações de vizinhança, os SLOTS (DEMATTEIS, 2008) agroecológicos vão sendo formatados, principalmente na escala municipal. Em Francisco Beltrão, o SLOT agroecológico tem se constituído como um catalisador desse modo de enfrentamento à territorialidade do agronegócio em razão do

estreitamento da rede local de sujeitos. Por sua vez, esta é composta por agricultores (organizados em cooperativas de produção e associação de produtores), entidades de apoio (ONGs, sindicatos e movimentos sociais), organizações públicas (Instituições de Ensino Superior, órgãos de ATER e poder público municipal), cooperativas (crédito, assistência técnica, produção e comercialização) e consumidores (nos circuitos de venda direta: na unidade de produção, na feira-livre agroecológica, nos domicílios e em estabelecimentos como padarias, supermercados e restaurantes).

Como nos ensina Dematteis (2008), um SLOT se caracteriza pela reprodução cotidiana de relações *vis-à-vis* entre a rede local de sujeitos. Portanto, a proximidade espacial é um condicionante fundamental para as dinâmicas de interpessoalidade/intersubjetividade. Por permitir o diálogo e a ação direta e sustentar-se pela sensorialidade, torna-se uma arena privilegiada de desenvolvimento dos projetos agroecológicos. Por quais meios?

- *Entre as famílias que praticam agroecologia localmente:* a) pelo compartilhamento de experiências produtivas; b) na troca de sementes e de dias de trabalho (com a limpeza da roça, silagem do milho para alimentação animal no inverno, descasque de legumes, limpeza de vidros de conserva etc.); c) cooperação na produção (a exemplo da queijaria Natuvida, composta por quatro famílias agroecologistas); d) cooperação na circulação da produção (consoante práticas de reciprocidade entre os agricultores feirantes); e) estabelecimento de relações de horizontalidade e mecanismos de não competitividade na dinâmica da feira livre agroecológica; f) na articulação política local pela Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão; g) na dinâmica participativa de certificação da conformidade orgânica que parte da própria Associação (nú local da Rede Ecovida de Agroecologia); h) aquisição de alimentos que não são produzidos na unidade, através da compra e venda entre os integrantes da Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão e outros agricultores do Núcleo Sudoeste paranaense, da Rede Ecovida de Agroecologia.
- *Por parte das entidades de apoio:* no caso de Francisco Beltrão, as principais entidades apoiadoras são a ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) e o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), as quais juntas: a) coordenam regionalmente os processos de certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia (Núcleo Sudoeste paranaense); b) oportunizam espaços de formação técnica e política; c) assessoram experiências produtivas com metodologias individuais e coletivas; d) coordenam o “Banco da Agrobiodiversidade e de Tecnologias

Ecológicas¹⁴; e) oferecem momentos de intercâmbio (como no caso das festas das sementes e das visitas *in loco* das experiências que são referências regionais); f) inserem-se em projetos e debates sobre a educação básica e do campo; g) na condição de membros, participam do Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná (GGETESPA); e h) constroem territorialidades-rede com outras organizações de apoio no Brasil e internacionalmente. No Brasil, ONGs progressistas como a ASSESOAR (1966) e o CAPA (1978), entre tantas outras, atreladas às igrejas católica, evangélica e protestante, historicamente tiveram uma contribuição singular no fomento a um conjunto de práticas e atitudes que mais tarde convencionou-se chamar por “agroecologia”. Somente pós-anos 2000 que o tema da agroecologia avança mais sistematicamente na agenda de movimentos sociais de representação nacional, como o MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e o MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), iniciando uma nova etapa de politização dos debates sobre a questão agrária e as políticas públicas de desenvolvimento territorial à luz da importância do campesinato e da reforma agrária na promoção da soberania alimentar, isto é, na produção de alimentos saudáveis e de elevado teor nutricional visando à soberania dos países e o interesse da classe trabalhadora, associado à inclusão social, à valorização da cultura camponesa e à proteção ambiental.

- *Via organizações públicas*: há um “vácuo” deixado pela desassistência das políticas públicas em áreas estratégicas para o desenvolvimento da agroecologia, como na assistência técnica, na extensão, na pesquisa e nas políticas de crédito e, como derivação, ocorre o baixo incremento tecnológico na produção, as estruturas precárias de comercialização, a implementação dos sistemas agroecológicos pelas famílias na base da “tentativa e erro” e as incertezas quanto à continuidade dos mais jovens na atividade. Os canais institucionais de comercialização, como o PAA e o PNAE, salvo exceções, eram acessados esporadicamente devido ao baixo volume de produção, sendo a feira livre agroecológica e as vendas a domicílio os circuitos consolidados e privilegiados de comercialização. No entanto, tais programas se constituem como potenciais políticas emancipatórias¹⁵, por intermédio das quais os camponeses

¹⁴ Catálogo disponível no site da ASSESOAR, atualizado periodicamente, produto do esforço coletivo das organizações do Sudoeste paranaense pela manutenção e aprimoramento da agrobiodiversidade (sementes crioulas e tecnologias ecológicas) e da troca de informações. Disponível em: <http://assesoar.org.br/?page_id=323>. Acesso em: 05 de setembro de 2013.

¹⁵ Conferir a publicação: “Mercado Institucional: avaliação de programas no Brasil”, 2014. Disponível em: http://mst.org.br/sites/default/files/Mercado%20Institucional%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20programas%20no%20Brasil_1.pdf. Acesso em: 27 de novembro de 2014.

conseguem desenvolver seus projetos, diferentemente das políticas de subalternidade, desenhadas para o agronegócio e que objetivam a monopolização do território pelo capital. A construção de políticas emancipatórias, explica Fernandes (2013) “[...] fortalece a compreensão da luta contra a hegemonia. É uma forma de resistência na luta anticapitalista e um território para avançar na constituição de uma sociedade democrática e menos desigual” (p. 23). Durante nossa pesquisa (2010-2014), os efeitos da PNAPO (2012) não se fizeram presentes. A participação das organizações públicas no fomento à agroecologia, como a EMATER-PR e a Secretaria de Desenvolvimento Rural de Francisco Beltrão resumiam-se a intervenções extremamente pontuais (gestão do Selo de Inspeção Municipal; doação de sêmen; empréstimo de pasteurizador de leite em regime de comodato; e assistência técnica insuficiente às agroindústrias familiares). Há descontinuidades no agir combinado entre os distintos atores representantes de entidades e organizações governamentais que compõem a rede local de sujeitos do SLOT agroecológico de Francisco Beltrão: é notável a concomitância de dois circuitos que pouco interagem. Um deles é formado pela ASSESOAR, pela Rede Ecovida de Agroecologia, pela Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela CRESOL (Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária); outro circuito compreende a EMATER-PR (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), a Secretaria de Desenvolvimento Rural de Francisco Beltrão e a UNIOESTE. Isso leva-nos a reafirmar o caráter contraditório e conflitual, próprio da constituição do território como produto relacional. Um sistema territorial nem sempre é coeso e dotado de linearidade, mesmo na escala local, onde se supõe maior facilidade da interpessoalidade. Não podemos apreender um SLOT como um sistema que funciona homogênea e sinergicamente, mas como uma metodologia que procura possibilidades de interação e de estabelecimento de continuidades em prol de objetivos comuns, por meio do estudo das ações e das leituras do agir conflitual dos atores. No caso do SLOT agroecológico estudado, mesmo as leituras do agir conflitual potencializando a aproximação dos atores no fomento à agroecologia (todos reconhecem a importância da agroecologia para a produção de alimentos saudáveis e para o fortalecimento do circuito econômico local e reconhecem os principais gargalos para sua expansão), as descontinuidades existentes são acirradas em decorrência da ausência de políticas públicas estruturantes para agroecologia, repercutindo-se na pífia atuação e integração da EMATER-PR e da prefeitura municipal no SLOT e na pouca capacidade de impactar a realidade de fragilidade das práticas agroecológicas pela STR, pela CRESOL e as demais entidades. A UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) foi a única organização

pública que figurou no rol das organizações apoiadoras, especialmente pelos projetos de pesquisa e de extensão recentemente desenvolvidos junto às famílias agroecologistas, com destaque para atuação de pesquisadores do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR).

- *Através das relações entre produtores e consumidores de alimentos orgânicos:* viabilizada pela agroecologia, a reconexão dos agricultores com a terra, recursos, dinâmicas naturais e os meios de produção em seus nanoterritórios evolui galgando outras (re)conexões. Como vimos, um SLOT agroecológico é um feixe multidimensional e multilinear de relações territorializadas, de reconexões e de novas conexões ambicionando dar vazão a projetos e vontades em comum. A construção não capitalista dos mercados e a reconexão entre produtores e consumidores são estratégias-desafios cruciais para o progresso da re-existência camponesa pela agroecologia. Os mercados institucionais colocam-se nessa direção, assim como os formatos de venda direta (feira livre; venda na unidade de produção e nos domicílios e estabelecimentos locais-regionais). Ao passo que encurtam os circuitos espaciais de produção e de venda, elevando a eficiência energética e a qualidade nutricional dos alimentos sem o convencional “vai e vem” da mercadoria do comércio convencional, as famílias apropriam-se integralmente dos produtos do trabalho ao livrarem-se dos intermediários e da agroindústria capitalista (podendo praticar preços acessíveis aos trabalhadores). Isto, além de estimularem o desenvolvimento de relações de confiança ao estabelecerem vínculos orgânicos entre quem produz e quem compra ou se alimenta, seja na comercialização direta ou nos processos participativos de certificação, como ocorre sob a tutela da Rede Ecovida de Agroecologia, onde os consumidores são convidados a conferir as experiências produtivas e a compor formalmente os grupos de trabalho nas avaliações de conformidade orgânica.

Ativação de territorialidades em rede nas escalas extra-locais: com a agroecologia o campesinato tem superado o estereótipo de ser um sujeito que se agarra ao seu quinhão de terra e nele, com sua família e seus poucos recursos, resiste ao ímpeto modernizante. Conforme evolui na agenda a agroecologia, aumenta o interesse dos diversos setores da sociedade pelos camponeses e seus distintos modos de produzir e reproduzir a vida com inventividade. Assim, desde o “*subsuelo político*” (TAPIA, 2008), acadêmicos, pesquisadores, extensionistas, políticos, gestores, lideranças sociais, agricultores e consumidores urbanos têm, paulatinamente, estreitado vínculos entre si com o afã de provocarem a tensão necessária para a estruturação de outros projetos de

desenvolvimento, imbricando campo e a cidade na luta pelo alimento e pelo meio ambiente saudáveis. O próprio axioma modernizante associado à imagem hegemônica do agronegócio é objeto de contundentes críticas, haja vista o caráter unilinear intrínseco ao pensamento monocultural (destruindo o que Boaventura de Sousa Santos denominou por “ecologias de saberes”) e o lastro de colonialidade que a técnica totalitária e suas relações de poder engendram mundialmente, natureza contraditória do “sistema mundo moderno-colonial” (QUIJANO, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2006; PORTO-GONÇALVES e HAESBAERT, 2006) do qual o agronegócio¹⁶ é um dos pilares de sustentação.

Com a agroecologia, os camponeses re-existem continuamente e conservam como essência sua característica histórica de produzir reproduzindo seus modos de vida e não o da acumulação. Também incrementam suas estratégias de existência ao politizarem o território e a ecologia e ao estabelecerem continuidades de apoio mútuo nas territorialidades-rede. Assim, galgam êxitos na construção de autonomias relativas ao capital.

A constituição de redes inicia-se nos Sistemas Locais Territoriais, na articulação de agricultores agroecológicos entre si e com as organizações locais de apoio e os consumidores urbanos. Do SLOT os liames vão se conformando nas diversas escalas, produzindo condições para que os diversos *atores sintagmáticos* interajam em âmbito das territorialidades-rede e retroalimentem os projetos e lutas locais. Por exemplo, no SLOT agroecológico de Francisco Beltrão a Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, a ASSESOAR, o CAPA e a UNIOESTE são as principais organizações viabilizadoras de ligações com a exterioridade sinalizando a dinamização da agroecologia.

A Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão é uma rede local importante por estreitar vínculos nas dimensões da economia (produção e comercialização) e da política com os consumidores do município, com outras organizações de agricultores agroecológicos regionais e com as entidades de apoio supracitadas. A ASSESOAR e o CAPA, doravante, por assessorarem experiências produtivo-organizativas locais e articularem grupos de agricultores agroecológicos e organizações de apoio nas escalas **a)** da mesorregião Sudoeste do Paraná e no Sul do Brasil: via cooperativas; FETRAF-Sul; IES; Escolas Públicas de Ensino Básico; Rede Ecovida de Agroecologia; fóruns regionais, sub-regionais e municipais das entidades da agricultura familiar; e pelo fórum intergovernamental de entidades do Território do Sudoeste do Paraná; **b)** do território

¹⁶ Como oportunamente destaca Porto-Gonçalves (2006), “[...] esse modelo agrário-agrícola, que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade, atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre 1. As grandes corporações financeiras internacionais, 2. As grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes, 3. As grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e 4. Os grandes latifundiários exportadores de grãos” (p. 243-244).

brasileiro: UNICAFES; ABONG; Fundação Luterana de Diaconia/FLD; ANA; ABA; MMC; MST etc.; e **c)** internacionalmente: MAELA; Organização Protestante para a Diaconia e o Desenvolvimento; Serviço das Igrejas Evangélicas da Alemanha para o Desenvolvimento, EED/Alemanha; Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento, CCFD/França; e Fundação Interamericana, IAF/Estados Unidos).

Em se tratando dos referidos liames extra-locais, a Rede Ecovida de Agroecologia é uma experiência fantástica, simultaneamente, de resiliência camponesa e de estruturação de territorialidades-rede. Desde 2010, credenciada oficialmente pelo MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) como OPAC (Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade), a Associação Ecovida ou Rede Ecovida de Agroecologia é formatada e difundida por agricultores e organizações populares do Sul do Brasil em resistência aos processos de certificação por auditoria suscitada pelas transnacionais dos orgânicos (IMO-Control, GEBANA etc.). Desde a década de 1990, articula em rede ONGs (ASSESOAR, CAPA e CETAP, por exemplo) e Associações de Produtores e de Consumidores, além de promover processos pedagógicos, formativos e organizativos, na efetivação da avaliação participativa da conformidade orgânica dos produtos de seus associados.

Além do enfrentamento explícito ao agronegócio, apoiado na defesa da agroecologia como fundamento da territorialização da Rede Ecovida, sua construção abarca, igualmente, a necessidade de superar os empecilhos inerentes às formas convencionais de certificação por auditoria: onerosas, burocráticas, levadas adiante por empresas privadas de certificação, muitas delas transnacionais, evidentemente, sem um debate político-estratégico de base. A luta instituída via a Rede Ecovida de Agroecologia tem seu antagonismo nas diversas formas de territorialização do capital no campo, seja atrelado ao paradigma da quimificação ou à vertente do capitalismo “verde”.

Em suas diversas ações, na Rede Ecovida de Agroecologia trabalha-se no fomento ao uso equilibrado dos recursos naturais nas dinâmicas produtivas rurais, procurando adequar as técnicas às realidades sociais e ecológicas dos lugares; no resgate de sementes e variedades animais crioulas; no desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais (SAFs); na agroindustrialização em escala familiar; no apoio à cooperação e ao comércio solidário; no formato descentralizado e autogestionário da própria rede.

A unidade de base da Rede Ecovida é composta por grupos formados pela articulação de famílias de agricultores (a exemplo da Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão), com contingente entre oito e doze famílias devido à necessidade de reprodução de relações de proximidade entre os sujeitos para efetivação de atividades corriqueiras, como nos âmbitos da comercialização em feiras livres, das trocas de experiências, da realização de práticas formativas e de articulações

políticas locais. Os grupos são nós dos núcleos regionais, constituídos por representantes dos grupos e das associações de agricultores, organizações e entidades de assessoria e cooperativas de consumidores. Os grupos e associações de agricultores têm autonomia para organizarem encontros e definirem pautas. Os núcleos regionais têm obrigação de realizarem no mínimo dois encontros por ano, com participação mínima de dois representantes de cada membro (grupo) da Rede Ecovida. Portanto, a Rede sintetiza as articulações entre os núcleos regionais, que são os principais nós políticos da Rede Ecovida de Agroecologia (REDE ECOVIDA, 2007).

Questões atinentes à Rede como um todo são debatidas nos Encontros Ampliados, realizados bianualmente. A Rede Ecovida também está circunscrita em outras de âmbito nacional e internacional: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e, na América Latina, pelo Movimento Latino-americano de Agroecologia (MAELA), formando uma ampla concatenação de territorialidades em rede na defesa e desenvolvimento da agroecologia como um projeto ecológico e camponês de desenvolvimento.

O principal trunfo consiste na capacidade de organizarem e construírem formas de interação entre diversos sujeitos em escalas variadas. Como observa Nunes (2012), tal interação, concomitante aos processos de certificação e estruturação das dinâmicas ecológicamente preconizadas de comercialização, pressupõe também importantes intencionalidades político-pedagógicas. Nesses termos, os atos de certificar e de comercializar são mediados organizadamente por um conjunto de valores e de atitudes que dizem respeito ao projeto ecológico camponês de desenvolvimento (EDUARDO, 2014), cujas linhas gerais, identificadas na territorialidade das agricultoras e agricultores agroecológicos de Francisco Beltrão, baseiam-se: 1) na produção com incremento ecológico; 2) no estabelecimento de circuitos curtos de comercialização; 3) na reconexão, através de relações *vis-à-vis* e de sistemas de confiança, entre agricultores e consumidores urbanos; 4) na eliminação ao máximo dos intermediários nas dinâmicas de venda; 5) na troca de conhecimentos; e 6) desatrelando a produção agroecológica das ênfases da certificação privada e dos nichos de mercado, comum no circuito “orgânico”.

Atualmente, a Rede Ecovida conta com 27 núcleos regionais e abrange por volta de 170 municípios do Sul do Brasil e 3.000 famílias de agricultores. O trabalho da Rede congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores. Em toda a área de atuação da Ecovida, existem mais de 100 feiras livres ecológicas, além de outras formas de comercialização (REDE ECOVIDA, 2013; NUNES, 2012).

Considerações finais

Com a agroecologia, muitas famílias camponesas têm construído suas geografias da contestação, enfrentando à territorialidade passiva imposta pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio. Têm “fissurado o capitalismo”, no dizer de Holloway (2013).

Gradativamente, estereótipos como o do camponês fechado para a exterioridade e da agroecologia como retrocesso técnico-produtivo vão se desintegrando, frente à insistência dos camponeses em re-existir, dada as novas conexões ativadas, as ações de inovação (técnicas e políticas) dotadas de criatividade e os exemplos práticos de produção e organização colocados em movimento pelos atores sintagmáticos insurgentes, no campo e na cidade, que reivindicam formas de produzir os alimentos orgânicos. Como conferido, o Sistema Local Territorial agroecológico de Francisco Beltrão/PR é exemplo da complexidade produzida por tais arranjos, fato que desafia os estereótipos e as categorizações apressadas. A geograficidade agroecológica impõe-se, apesar de subalternizada pelo agronegócio e menosprezada pelas políticas públicas de desenvolvimento. Através do território, ela se apropria de frações do espaço nas múltiplas escalas, do nanoterritório às redes internacionais e os camponeses têm obtido êxitos na projeção da agroecologia. As estratégias de re-existência desenvolvidas em cada escala do agir insurgente objetivam a ativação das territorialidades e a superação da territorialidade passiva do agronegócio. Tendo o território como trunfo, as famílias buscam reaver o equilíbrio interno, reapropriarem-se socialmente da natureza e dos recursos do território; além de gestá-los com maior grau de autonomia relativa ao capital. E quanto ao próximo passo? Parafraseando Chico Science e Nação Zumbi, “no caminho é que se vê”!

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

CARVALHO, Horácio M. de. Na Sombra da Imaginação: reflexão a favor dos camponeses. In: **Boletim DATALUTA**. maio de 2010. p. 01-14. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/5artigodomes_2010.pdf>. Acesso em: setembro de 2010.

CASTILHO, Alceu Luís. **O Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca. Territorio y Territorialidad en el Desarrollo Local: la contribución del modelo SLOT. **Boletín de la A.G.E.** n.º 39, 2005. p. 31-58.

DEMATTEIS, Giuseppe. O território: uma oportunidade para repensar a Geografia. In: SAQUET, Marcos A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Sistema local territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. (orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Transformando Terra em Território**: construção e dinâmica do Sistema Local Territorial Agroecológico em Francisco Beltrão/PR. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”: Presidente Prudente, 2014.

FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Orgs.). Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 173-224.

FERNANDES, Bernardo M. **Construindo um Estilo de Pensamento na Questão Agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. 2v. Tese (Livre-docência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2013.

HIRT, Carla. **Impactos dos Monocultivos Arbóreos na Paisagem e nas Atividades Relacionadas ao Turismo em São Francisco de Paula/RS**. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Geografia: Porto Alegre, 2009.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o Capitalismo**. Trad. Daniel Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Campesino a Campesino**: voces de Latinoamérica - movimiento campesino a campesino para la agricultura sustentable. Trad. Leonor Hurtado *et al.* Managua (Nicarágua): SIMAS, 2008.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: **Os Camponeses e a Política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983, p.151–177.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo**: do Neolítico à Crise Contemporânea. Trad. Cláudia F. Ferreira. São Paulo/Brasília: Edunesp/NEAD/MDA, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo C. Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

NUNES, Sidemar P. **Influências Teóricas e Políticas nas Práticas Educativas da Rede Ecológica de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2012.

O'CONNOR, James. Es Posible el Capitalismo Sostenible? In: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política, Naturaleza, Sociedad y Utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PACHECO, Maria Emília L. O Joio e o Trigo na Defesa da Reforma Agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1994.

PNAPO. **POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA**. Decreto nº 7.794, 20 de agosto de 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta I. (orgs). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004. p. 207-254

_____. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; HAESBAERT, Rogério. **A Nova Des-ordem Mundial**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais - perspectivas latino-Americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Trad. Maria Cecília F. São Paulo: Ática, 1993.

REDE ECOVIDA. **Uma Identidade que se Constrói em Rede**. Caderno de Formação nº 1. Curitiba, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Orgs.). **Campeinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SOUSA SANTOS. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, B.de S.; MENESES, M. P. G. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Território" da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TAPIA, Luis. **Política Salvaje**. La Paz, Bolivia: CLACSO, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por Trás dos Canaviais, os Nós da Cana**. São Paulo: FAPESP, 2002.

Recebido em 21 de julho de 2015

Aceito para publicação em 18 de maio de 2016